

Cidadania e Media: Releituras do contributo de Michael Schudson¹

Maria João Silveirinha

Universidade de Coimbra

As democracias modernas são profundamente complexas. Esta complexidade não se refere apenas aos inúmeros aspectos técnicos que a sua governação implica, mas ao facto de ela ser constitutiva da própria cidadania, na medida em que não pode deixar de atingir o modo como cidadãos e cidadãs se relacionam com o bem comum. As diferentes formas de compreender esse relacionamento e a principal estrutura de mediação a esse mesmo bem comum, os media, são um dos principais contributos de Michael Schudson.

É consensual que os meios de comunicação de massa são cruciais às democracias contemporâneas. Menos consensual, porém, é o modo como cumprem o seu papel, havendo um conjunto de autores que estabelecem claramente um panorama de “*media malaise*”, a ideia de que os media hoje reduzem o interesse pelas questões públicas e o activismo cívico e nos tornam cínicos e desconfiados do governo. Outra visão é a de aqueles que, como Schudson, não deixando de ser críticos, os enraízam nas formas complexas da vida contemporânea e os compreendem a essa luz. Em todo o caso, todos parecem concordar que a formação da opinião é um pré-requisito necessário ao funcionamento político, sendo os *media* livres e independentes uma parte vital da infra-estrutura democrática. Além de constituírem a estrutura de mediação da formação da opinião pública, os *media* fornecem a informação aos eleitores, sendo as plataformas de desempenho público dos partidos e dos candidatos face a esses mesmos eleitores. Daí, a centralidade dos media no espaço público, sendo que eles não são, no entanto, os seus únicos actores (Schudson, 1995b). Dada essa ligação, importa pensar, precisamente, a forma de participação dos cidadãos na política comum e a qualidade da tomada de decisões que está, pelo menos em parte, dependente da própria qualidade das notícias.

Quais são então, então, as formas de participação política e o grau conhecimento político que os cidadãos devem ter em democracia ideais e como se comportam esses ideais nas democracias existentes? Também aqui os trabalhos de Michael Schudson são particularmente relevantes. Ainda que correspondendo sobretudo a uma realidade histórica precisa, a norte-americana, a sua visão histórica do desenvolvimento de uma imagem ideal de um cidadão democrático é muito rica e elucidativa, permitindo-nos perspectivar um modelo de compreensão da cidadania “adequado aos dias de hoje” (Schudson, 1998a: 9).

Percorrendo no seu livro *The good Citizen* (1998a) a vida cívica americana desde a Guerra da Independência, Schudson mostrou como certas instituições e práticas políticas levaram a determinadas noções “do bom cidadão.” Na verdade, ele encontra na história norte-americana quatro modelos de cidadania – da virtude republicana, da lealdade partidária, do cidadão bem informado e o modelo dos direitos. O conceito do eleitor bem informado é uma ideia do século XX que acabou por se constituir como a principal “noção honrada de cidadania de hoje” (Schudson, 1998a: 9). O ideal do cidadão informado tem a sua origem nas reformas da Era Progressiva dos Estados Unidos e, desde então, passou a ocupar o lugar de destaque no discurso político. O conceito da cidadania que emergiu na última geração é o da “cidadania consciente dos direitos” mas, mesmo ele, “não conseguiu o lugar querido na educação cívica ou no discurso público que o cidadão informado mantém há quase um século” (Schudson, 1998a: 10). Este modelo está, além disso, na base de experiências alternativas de jornalismo cívico que Schudson critica. Atacando as bases de uma certa concepção saudosista do envolvimento cívico, como a proposta por Robert Putnam, Schudson (1996, 1998b) defende que o velho e hoje desadequado modelo do cidadão informado “de base racionalista” deve ser substituído pelo de um “cidadão monitorizador”, com base nos direitos, mais adequado à sociedade contemporânea.

A obrigação de conhecermos suficientemente as questões do bem comum não deve, na sua opinião, ser entendida como a obrigação de nos envolvermos de forma rotineira na política e na vida cívica, mas apenas como uma obrigação de controlar o ambiente político à nossa volta. Os cidadãos esquadrinham (mais do que lêem) o ambiente informativo de forma a poderem ser alertados e mobilizados para certas questões-chave (Schudson, 1998a: 310).

A visão desta forma de cidadania pós-moderna está em linha com um conjunto de propostas que aponta para a mesma recusa em aceitar a imagem idealizada do cidadão racional e informado como, de formas diferentes, o fazem Pippa Norris, Russell Dalton e Ronald Inglehart e, nesse sentido, o trabalho de Schudson “não pode ser visto como um fenómeno isolado” (Hoogh & Dejaeghere, 2007: 256).

Como se liga isto ao papel dos *media*? Schudson defende que possivelmente, no seu dia a dia, os jornalistas desejam apenas cumprir os seus prazos e as suas rotinas, mas, por vezes, consideram que o seu papel é educar as pessoas e “criar um mundo onde uma noção clássica de democracia faria sentido” (Schudson, 1995a: 223). Na verdade, basicamente, ao longo da história, os *media* noticiosos reclamaram para si duas grandes funções: o de manter um público informado instruído e politicamente activo e o de se constituírem como cão de guarda dos cidadãos, face aos que estão no poder, com a responsabilidade de assegurar que a autoridade é usada com responsabilidade. Se os *media* noticiosos devem assumir a ocorrência de ambas essas situações, tal significa que devem ter uma espécie de papel esquizofrénico. Por vezes as pessoas são informadas e politicamente activas e, noutros momentos, não são nada vigilantes. Quando isto acontece, os *media* devem estar preparados para assumir o papel de activistas políticos e assegurar que não há abuso do poder.

Destaquemos ainda duas das funções dos *media* de que Schudson fala (2008): a de gerar “empatia social” e a de “representar a democracia representativa”.

Schudson acredita que primeira função é a que motiva “o melhor jornalismo de hoje” no sentido em que o relato de histórias pessoais e privadas pode fazer a ligação entre os problemas privados e as questões públicas. No entanto, dificilmente vemos essa ligação nas nossas televisões hoje em dia: as suas numeráveis histórias são sobretudo contos de vitimização e poucas vezes encontramos nelas focadas as questões políticas e éticas que as enquadram ou os instrumentos de resistência ou sobrevivência que quem as protagoniza pode encontrar. Um exemplo desse fraco enfoque político são as já mais frequentes reportagens televisivas sobre violência doméstica. No que poderiam ser peças informativas-chave na consciencialização pública deste grave problema, maioritariamente vemos nelas apenas as vítimas e nunca os perpetradores da violência, vemos rostos esfumados e amedrontados e raramente os rostos descobertos dos violadores ou assassinos presos ou confrontados com a sua própria violência num espaço ético dos direitos das mulheres, crianças ou idosos. Desse modo, “a questão pública” fica reduzida a pequenas histórias (verdadeiramente) trágicas individuais, que perdem o fio condutor à vida colectiva.

No que toca à função de “representar a democracia representativa”, em Portugal, pelo menos, parece claro que esta função passa por um caminho com dois sentidos. Por um lado, as instituições públicas precisam de abandonar a cultura do segredo gerido a bel-prazer ou, em alternativa, da propaganda mais declarada. No entanto, os jornalistas estão também longe de representar devidamente essas intuições. Com efeito, e apenas para dar um exemplo, basta pensarmos nas coberturas do Parlamento que são, com demasiada frequência, reduzidas ao retrato de um palco espectacular onde se esgrimem não argumentos, mas *soundbites*. Também o Parlamento Europeu é praticamente invisível nas nossas notícias, obedecendo quase sempre a uma lógica nacional.

No seu conjunto, está em causa o modo como se concebe a actividade do espaço público, um espaço que, diz Schudson, é “indispensável como modelo do que uma boa sociedade deve alcançar” (Schudson, 1995a: 203, Schudson 1993). Esta visão não difere muito da de um espaço público que pode estar em “descanso” ou “em actividade”, tal como Habermas ultimamente propôs. É precisamente porque, como diz Schudson, “numa democracia política, os *media* são uma força vital em manter as preocupações dos muitos no campo de visão dos poucos que governam” (Schudson, 1995a:20) que importa desenhar um papel normativo para os *media*.

Os trabalhos de Schudson são, nesse sentido, um contributo imprescindível, denso, rico, matizado e sobretudo mais próximo de um ideal de espaço público “realmente existente” e do que são os *media* nesse espaço, do que as suas versões idealizadas. Tal, no entanto, não nos deve impedir de colocar, outras questões igualmente importantes: será suficiente pedirmos que os *media* funcionem simplesmente como um sistema de campanhas de alarme, como propõe John Zaller (2003) no seguimento de Schudson?; se o nosso “varrimento” da realidade nos devolver um quadro onde a trivialização, a dramatização e a desigualdade de vozes têm uma forte presença, como afecta isso a nossa relação com a política?; uma visão de cidadania exclusivamente assente em modelos de direitos e escolhas individuais será suficiente para criar uma sociedade melhor e mais justa?; a simples monitorização dos cidadãos pode substituir os ideais de racionalização e de participação informada em questões de preocupação comum?; continuará o espaço público a ser uma entidade focada no Estado, que congrega todos os públicos de uma forma unitária?

O profundo desequilíbrio de participação de alguns grupos sociais no espaço público, o quasi-hegemonico discurso político contemporâneo do esvaziamento do papel do Estado, o

apagamento e a trivialização das desigualdades e as cada vez menores possibilidades de fazer ouvir vozes alternativas de um modo consistente e não episódico fazem-me suspeitar que não podemos prescindir de um questionamento normativo da democracia e dos *media* e de considerar os diferentes modelos que os relacionam (Strömbäck, 2005). Não basta relacionarmo-nos com a política através de actos individualizados de cidadania débil não facilmente distinguíveis dos nossos actos de consumo (Schudson, 2006). Como diz Nick Couldry, precisamos de ligar as nossas vidas privadas a um mundo além do privado e de usar o conhecimento sobre a vida pública de modo que ela faça sentido para nós. A oportunidade de o fazer, no entanto, é “desequilibradamente partilhada não porque os indivíduos façam escolhas livres, mas porque estão diferencialmente posicionados numa distribuição mais vasta dos recursos” (Couldry, 2006: 336). Nada, afinal, que uma simples observação do modo como as mulheres, por exemplo, estão ausentes de todas as narrativas históricas de participação cívica (Sklar, 1999) ou, mais imediatamente, do jornalismo das nossas televisões e jornais comerciais hoje, nos impeça liminarmente de constatar.

¹ Este texto corresponde, na sua maioria, ao comentário da autora à conferência proferida por Michael Schudson na Fundação Luso-Americana a 14 de Abril de 2008.

Bibliografia

Couldry, N. (2006) “Culture and Citizenship: The Missing Link?”, *European Journal of Cultural Studies* 9(3): 321-40.

Hooghe, M. & Y. Dejaeghere (2007) “Does the ‘Monitorial Citizen’ Exist? An Empirical Investigation into the Occurrence of Postmodern Forms of Citizenship in the Nordic Countries”, *Scandinavian Political Studies*, Vol. 30 – No. 2, pp. 249-271

Schudson, M. (1978) *Discovering the News*, New York: Basic Books.

— (1993) “Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on the American case” in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Mass.: MIT

— (1995a) *The Power of News*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

— (1995b) “A ‘esfera pública e os seus problemas - reintroduzir a questão do Estado”, in Mesquita, M. (ed), *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos, pp. 149-166

— (1996) “What if civic life didn’t die?” *The American Prospect* 25:17-20. March-April.

— (1998a) *The Good Citizen: A History of American Civic Life*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press

— (1998b) “The Public Journalism Movement and Its Problems” In D. Graber (ed.), *The Politics of News/The News of Politics*, Washington, D. C.: CQ Press

— (1999) “What Public Journalism Knows About Journalism But Doesn’t Know About ‘Public.’” In T. Glasser (ed.), *The Idea of Public Journalism*, New York: Guilford Press

— (2006) *The Troubling Equivalence of Citizen and Consumer*, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 608: 193-204

— (2008) “How Americans Became Citizens and How the News Media Serve and Underserve Them”, conferência proferida na Fundação Luso-Americana a 14 de Abril de 2008

Sklar, K. K. (1999), “What Can Women’s History Contribute to This Discussion?”, Conferência “The Transformation of Civic Life” Middle Tennessee State University, Murfreesboro and Nashville, Tennessee, November 12-1315

Strömbäck, J. (2005) "In Search of a Standard: four models of democracy and their normative implications for journalism", *Journalism Studies* 6 (3) 331-345

Zaller, J. (2003) "A New Standard of News Quality: burglar alarms for the monitorial citizen", *Political Communication* 20(2): 109-31.